

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SÚMULA DE JURISPUDÊNCIA 4 – DATAS COMEMORATIVAS

1. Entendimento:

Projeto de lei que institui dia nacional de determinada classe profissional é injurídico

2. Fundamento:

- 2.1. § 2º do art. 215 da Constituição Federal
- 2.2. § 1º e inciso II, do art. 164 do Regimento Interno

3. Precedentes:

- 3.1. Projeto de Lei n.º 2398/89

Aprovado o Parecer Vencedor, elaborado pelo Deputado Messias Góis, pela injuridicidade do Projeto, em reunião realizada em 05/05/93 (4ª Reunião Ordinária de 1993).

- 3.2. Projeto de Lei n.º 5273/90

Aprovado O Parecer do Relator, Deputado Messias Góis, pela injuridicidade, em reunião realizada em 03/10/91 (48ª Reunião Ordinária de 1991).

- 3.3. Projetos de Lei nºs 3023/89,4747/90 e 1153/91

Declarados prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em 16/10/91 (Ofício n.º P125/91-CCJR).

- 3.4. Projetos de Lei nºs 1160/88 e 1153/91

Declarados Prejudicados, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em 13/11/91 (Ofício n.º P167/91-CCJR).

- 3.5. Projeto de Lei n.º 1670-A/91

Declarado prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 22/09/93 (17ª Reunião Ordinária de 1993).

- 3.6. Projeto de Lei n.º 2027-A/91

Declarado prejudicado, de ofício, pelo Presidente da CCJR, em reunião realizada em 27/10/93 (20ª Reunião Ordinária de 1993).

4. Justificação:

Parecer: Deputado Messias Góis

“O Plenário da Câmara dos Deputados e este órgão técnico firmaram entendimento no sentido da desnecessidade de lei para instituir dia nacional de determinada classe profissional.” (PROJETO DE LEI N.º 2398/89)

“A Comissão de Constituição e Justiça tem entendimento firmado que projetos de tal ordem não tem quaisquer sustentação jurídica, não criam direitos nem obrigações, razão porque, por jurisprudência já assentada, o presente projeto é eivado do vício de injuridicidade.” (PROJETO DE LEI N.º 5273/90)

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 1994.

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Presidente